

Anexo de Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento

**Dezembro 2009
Versão 1.0**

Modelos de Relatórios Financeiros para as Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento

Anexo Nº 1

NOME DO EXECUTOR:

PROGRAMA:

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO:

[DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA \[1\]](#)

(Expresso em....moeda local e US\$ dólares)

[Exemplo para períodos recorrentes\[2\]](#)

Período terminado em...20XX

Data do encerramento do período, atual

Período terminado em...20XY

Data do encerramento do período, anterior

	BID	Contrapartida	TOTAL		BID	Contrapartida	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS							
Acumulado Ao começo do período							
Durante o período							
• Desembolsos (Antecipações/ Fundo Rotativo, reembolsos, pagos diretos e reembolso contra garantia de carta de credito)							
• Juros Recebidos (detalhar)							
• FIV							
• Outros (detalhar)							
Total Recursos Recebidos							
DESEMBOLSOS EFETUADOS							
Acumulado ao começo do período							
Durante o período							
• Solicitação de Reembolso/ Justificativa de Desembolso apresentado ao BID							
• Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação / Justificação							
• FIV							
• Outros (detalhar)							
Total Desembolsado							
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO							

As notas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras

[\[1\] Quando se utiliza a contabilidade com base em regime de competência deverão ser realizadas aos ajustes correspondentes na nomenclatura dos conceitos utilizados nesta Demonstração.](#)

[\[2\] No primeiro período não haverá lugar a uma demonstração comparativa](#)

Local / Data

Assinatura

Nome / Cargo ou Função

Assinatura

Nome / Cargo ou Função

DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Exercício:

(Expresso em....moeda local e US\$ dólares)

CONCEITO	Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2008			Movimento no Exercício 2009			Acumulado do Exercício 2009			Movimento do Exercício 2010			Acumulado do Exercício 2010			Orçamento a Realizar		
	Total Projeto	BID	Contrap	BID	Contrap. Local	TOTAL	BID	Contrap Local	TOTAL	BID	Contrap. Local	TOTAL	BID	Contrap. Local	TOTAL	BID	Contrap Local	TOTAL	Total Projeto	BID	Contrap
1.Engenharia e Administração																					
1.1 Desenhos e Planos Engenh. i																					
1.2 Supervisão Escrit. Executora																					
2. Obras e Construções																					
2.1 Construções																					
2.2 Urbanização																					
3.Equipamentos, Mat. e Móveis																					
3.1 Equipamentos																					
3.2 Material Didático																					
3.3 Mobiliário																					
3.4 Livros e Publicações																					
4.Custos Concorrentes																					
4.1 Contratação de Pessoal																					
5.Sem designação específica																					
5.1 Imprevistos																					
5.2 Escalamento de Custos																					
6.Gastos Financeiros																					
6.1 Juros																					
6.2 Comissão de Crédito																					
6.3 FIV																					
TOTAIS																					
PARI-PASSU Porcentagem																					

As notas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Nota: A descrição desta Demonstração deve corresponder, como um mínimo, aos componentes e sub-componentes apresentados no Anexo A do contrato de empréstimo.

Assinatura

Nome / Cargo ou Função

Local / Data

Assinatura

Nome / Cargo ou Função

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

Sem prejuízo do uso ou da adaptação às circunstâncias das notas julgadas necessárias conforme as sugestões das NICSP - Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público ou NIC/IFRS – Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, a título de ilustração apresentam-se a seguir os assuntos comumente tratados nas notas, sem que estas constituam uma relação exaustiva ou impliquem sua aplicação em todos os casos:

1. Descrição do Programa *(Apresentar breve descrição dos objetivos e a natureza do Programa, custo do Programa, participações, modificações ocorridas etc.)*

- Contratos Modificatórios
- Convenios Interinstitucionais

2. Principais Políticas Contábeis *(Indicar as principais normas, práticas aplicadas e princípios contábeis observados em seu sistema contábil na elaboração das demonstrações financeiras do Programa e método utilizado para conversão de moeda local para dólares dos Estados Unidos)*

▪ **Base de Contabilidade Caixa**

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

ou

▪ **Base contábil de acumulação (ou competência)**

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de acumulação (ou competência), registrando-se as transações no momento de sua ocorrência, tal como previsto na NICSP 1. Portanto, as transações e outros eventos foram registrados na contabilidade e reconhecidos nas demonstrações financeiras.

▪ **Unidade Monetária** *(Dados sobre a Conversão de Moedas - Alterar a redação de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Empréstimo para a conversão da moeda local para a moeda da operação)*

Os registros do programa são feitos em moeda local e em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, do recurso recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio vigente na data do pagamento, que pode ser a taxa de câmbio vigente na data da transação ou uma taxa de câmbio que se aproxime da taxa vigente da data da transação, como, por exemplo, a taxa em vigor no último dia do mês anterior ou uma média do mês.

A diferença de câmbio gerada entre a aplicação da taxa de câmbio no recebimento dos recursos e a taxa de câmbio utilizada para a conversão dos pagamentos dos gastos elegíveis em moeda local é registrada, contabilmente, como diferença de câmbio a débito: (i) do financiamento do Banco, (ii) da contrapartida local ou (iii) de outras fontes.

3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por juros e ganhos cambiais.

Em US\$

	20X1	20X2
Conta Bancaria nº ...		
Conta Única do Tesouro (se aplicável)		
Conta Contábil, Escritural ou Outras		
Total		

Durante o ano de 20XX foram registradas receitas provenientes de juros no total de US\$ _____ e ganhos por diferença cambial no total de US\$ _____.

4. Adiantamentos (Antecipos) Pendentes de Justificação

Em 31 de dezembro de 20XX o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ _____, e está representado nas seguintes solicitações de desembolso pendentes de tramitação ou gastos efetuados não incluídos em tais solicitações:

	US\$
Solicitação de Desembolso Pendente de Tramitação nº	
Solicitação de Desembolso Pendente de Tramitação nº	
Gastos pagos não incluídos na Solicitação de Desembolso	
Total	

(Obs.: Os dados aqui apresentados devem ser compatíveis com aqueles evidenciados no formulário "Conciliação dos Recursos do Banco" em 31/12/20XX)

A importância de US\$ _____ corresponde a gastos não elegíveis ao Programa.

(Obs.: Detalhar as despesas identificadas e as razões de sua não elegibilidade, bem como informar se foram excluídas dos valores reportados nas Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos acumulados)

5. Adiantamentos (antecipos) e justificativas

	US\$
Saldo de adiantamentos no início do período	
(-) Adiantamentos legalizados durante o período	
(+) Adiantamentos recebidos	
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período	

(Quando os recursos (fundos) são fornecidos mediante a modalidade de “Adiantamentos (Antecipos)”, informar entre os períodos os saldos iniciais e a movimentação dos adiantamentos recebidos durante o período, os adiantamentos legalizados e o saldo no final do período. Os documentos identificam os detalhes e as datas de legalização. Caso seja necessário, deve ser apresentada a conciliação entre os registros do Banco (WLMS, Executive Summary) e os do projeto (saldo bancário), indicando as razões das diferenças e ações necessárias para ajustar essas diferenças.)

(Da mesma forma, deve ser indicado o cumprimento das exigências contidas no contrato de empréstimo para a manutenção do valor dos avanços em conformidade com a moeda de contratação e da forma de contabilização das diferenças cambiais, se houver).

6. Fundo Rotativo¹

De acordo com o contrato de empréstimo nº _____ estabeleceu-se um fundo rotativo equivalente a ____% do valor do financiamento, o qual é de US\$ _____, sendo seu saldo em 31 de dezembro de 20XX o seguinte:

(Obs.: Informar se o saldo disponível da Fonte BID de US\$ _____ concilia com aquele saldo apresentado na Demonstração de Fluxos de Caixa. Caso os saldos não sejam coincidentes, apresentar a conciliação com as explicações correspondentes).

7. Fundos de Contrapartida Nacional

O governo de _____ assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ _____, como contrapartida local. Em 31 de dezembro de

¹ Para aqueles projetos em que esta modalidade esteja vigente

20XX, o Governo contribuiu com a importância de US\$ _____, equivalente a XX% do total comprometido.

8. Ajustes de Períodos Anteriores

(Obs.: discriminar e explicar de forma clara e concisa os ajustes efetuados nas cifras do(s) exercício(s) anterior(es) a fim de apresentar as mesmas de maneira homogênea e comparável com as do exercício atual)

9. Aquisição de Bens e Serviços

(Obs.: Informar se (i) as aquisições de bens e serviços foram efetuadas com observância às normas do BID e disposições da Lei ; (ii) os bens estão devidamente inventariados; (iii) os serviços foram devidamente prestados).

10. Categorias de Inversão

(Obs.: Detalhar por componente do projeto o que for aplicável e julgar necessário, complementar as demonstrações principais com maiores detalhes)

- Custos de Atividades
- Gastos de Auditoria e Avaliações
- Gastos Financeiros (Juros ou Fundo de Inspeção e Vigilância – FIV)
- Outros

11. Desembolsos Efetuados

(Esta nota pode ser apresentada com a anterior, a menos que seja diferente ou não seja identificável para conciliar com a análise da nota anterior).

12. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados *(Obs.: Em caso de divergência apresentar as explicações correspondentes)*

US\$			
DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)			
Demonstrativo de Investimentos			
Diferença			

13. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categorias de Inversão. *(Obs.: Em caso de divergência apresentar os comentários / explicações correspondentes)*

Em US\$			
Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos	WLMS-1 Disbursed Amount	Diferença
1.			
1.1			
1.2			

2.			
2.1			
2.2			
.....			
.....			
Total			

14. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo “Disbursed life” do WLMS-1 e o registrado no campo “Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa. (Obs.: Em caso de divergência apresentar os comentários / explicações correspondentes)

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	
WLMS - 1 (Disbursed Life)	
Diferença	

15. Contingências

(Informar se há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos que contra a administração do Programa até data base de 31/12/20XX, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.)

16. Eventos Subsequentes

(Consignar os eventos ocorridos entre a data do encerramento do exercício e a data da elaboração das demonstrações financeiras que possam afetar a situação financeira do Projeto / Programa)

17. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores.

Indicar se houve modificações que afetem o período em curso e / ou se essas modificações refletem nas demonstrações financeiras do período anterior (re-expressão), utilizados no presente relatório para fins de comparação.

18. Outras Considerações / Esclarecimentos

Auditoria Externa
Pautas a Considerar para Preparar
Termos de Referência, Tipos de
Parecer e Outros Relatórios

Anexo Nº 2

I. ASPECTOS COMUNS DOS TERMOS DE REFERÊNCIA

Como parte da política de Supervisão do Banco, os Termos de Referência (TdR) constituem o marco de referência para a contratação de Auditores Externos ou, se for o caso, para determinar a natureza e o escopo dos serviços de auditoria esperados da Entidade Fiscalizadora Superior (EFS) do País.

Os TdR devem ser elaborados pelo mutuário e submetidos à aceitação do Banco, que poderá sugerir ajustes para refletir necessidades de prestação de contas geradas pela natureza do projeto. Em geral, o Banco fornece orientações, como as incluídas neste documento, para auxiliar o mutuário na definição do serviço considerado razoável como controle externo dos projetos. Os TdR devem ser suficientes para atender os requisitos do Banco relacionados com o exame de auditoria considerado apropriado nas circunstâncias. Esse exame pode concentrar-se em:

1. Determinar a razoabilidade das Demonstrações Financeiras exigidas para o projeto.
2. Determinar a razoabilidade das Demonstrações Financeiras exigidas para o projeto, com um escopo ampliado a outros procedimentos diferentes dos procedimentos tradicionais da auditoria, como, por exemplo, a revisão de informações complementares aos mesmos.
3. Áreas específicas como, por exemplo: (i) o desempenho na gestão dos recursos, em termos de economia, eficiência e eficácia; (ii) o cumprimento de cláusulas contratuais; (iii) a revisão *ex-ante* ou *ex-post* de desembolsos; (iv) a revisão de aspectos financeiros específicos dos componentes de um projeto, etc. Esses serviços são conhecidos como “serviços relacionados à auditoria, procedimentos previamente acordados” (*agreed upon procedures*) e se regem pelas Normas de Serviços Relacionados 4000-4699 (*International Standards on Related Services* (ISRSs)).
4. Esses serviços podem ser contratados separadamente ou em conjunto. Em nenhum caso uma Firma de Auditoria ou um Auditor deverá ser contratado simultaneamente para serviços de revisão *ex-ante* e *ex-post*. Como parte de suas responsabilidades e em conformidade com as Normas profissionais, a Firma de Auditoria ou o Auditor que seja contratado, apressará as contratações de especialistas necessárias, de acordo com as necessidades e requisitos de seus TdR.

Os TdR, normalmente, devem contemplar os seguintes elementos:

1. Antecedentes

Descrição detalhada do projeto, que inclua informações sobre as fontes de financiamento do projeto, os fins a que se destinarão os recursos, bem como uma descrição geral dos acordos de implementação, incluindo a estrutura organizacional de todas as entidades sujeitas ao exame de auditoria.

2. Normas

Declaração das Normas de Contabilidade que o executor deverá utilizar para preparar a contabilidade e os relatórios financeiros e das Normas de Auditoria independente que serão aplicadas na realização do exame.

3. Natureza e Escopo

A natureza e o escopo dos trabalhos da auditoria devem ser definidos de forma a evitar ambiguidades. Não obstante, de modo algum se devem restringir as Normas e os procedimentos de auditoria de que o auditor necessite para formar uma opinião sobre os relatórios exigidos e sobre outros assuntos que lhe sejam solicitados. É preciso: a) explicar que o auditor realizará as provas de transações necessárias e obterá uma compreensão dos sistemas de administração financeira da entidade, incluindo o sistema de informação e de Controle Interno, com a finalidade de avaliar se são adequados como base para a elaboração das demonstrações financeiras e de outros relatórios do projeto e, ao mesmo tempo, determinar se esses sistemas foram eficazes em seu funcionamento para as operações do período a que se refere o exame; e b) confirmar que - embora o mutuário seja responsável por prevenir erros, irregularidades, fraudes ou o uso dos recursos do empréstimo para outros fins que não aqueles definidos no acordo - a auditoria deverá ser planejada de forma a permitir a identificação de riscos de erros e irregularidades significativos que possam distorcer ou comprometer a qualidade dos relatórios e de outros assuntos sujeitos à auditoria.

Quando o auditor for solicitado a emitir relatórios adicionais sobre aspectos como, por exemplo, o cumprimento de políticas de aquisições do Banco; a exatidão e a pertinência da documentação apresentada como apoio a solicitações de recursos do empréstimo; a economia, a eficiência e a eficácia na gestão dos recursos; o seguimento dos planos de fortalecimento ou mitigação de riscos; etc., esses requisitos também deverão ser apresentados de forma detalhada no TdR, ou preparar TdR separados.

4. Produto

Nesta seção, de acordo com a natureza da auditoria, deverão ser identificados os relatórios específicos e o número de cópias necessárias, como, por exemplo, parecer sobre as informações financeiras, relatório sobre o controle interno, relatório de revisões *ex-post* de desembolsos e outros que sejam necessários nas circunstâncias.

5. Informações Disponíveis

Devem incluir, mas sem limitar-se a: cópias do documento de projeto; avaliações disponíveis, tais como GRP (Gestão de Riscos em Projetos), SECI (Sistema de Avaliação da Capacidade Institucional), etc.; o convênio ou contrato de empréstimo; o Regulamento Operativo ou seu equivalente; outros acordos ou convênios existentes para a operação; e uma cópia destas Guias. Nesta seção também se deve confirmar que o auditor tem direito de acesso a quaisquer informações relevantes para a realização da auditoria.

Recomenda-se que os Auditores visitem o Contratante antes de apresentar suas propostas e que participem da reunião que antecede a apresentação das propostas, caso essa reunião esteja especificada na Folha de Dados. Os Auditores deverão comunicar-se com os representantes do Contratante indicados na Folha de Dados, a fim de organizar a visita ou para obter informações adicionais sobre a reunião que antecede a abertura de ofertas. Os Auditores deverão assegurar-se de que esses funcionários estejam cientes da visita, com antecedência suficiente para permitir que sejam tomadas as providências necessárias.

6. Cronograma da Auditoria

Confirmação das datas em que deverão ser apresentados ao mutuário os relatórios financeiros auditados, a Carta da Gerência, o relatório de controle interno e qualquer outro relatório pertinente.

II. AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A. CONSIDERAÇÕES GERAIS PARA UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As seguintes definições devem ser consideradas:

Auditoria de Demonstrações Financeiras: NIA 200 (início em ou após 15 de dezembro de 2009)

Uma Auditoria de Demonstrações Financeiras

A finalidade de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos usuários previstos nas demonstrações financeiras. Isso é obtido pela expressão de uma opinião pelo auditor indicando se as demonstrações financeiras são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso de estruturas para fins gerais, essa opinião deverá indicar se as demonstrações financeiras são razoavelmente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, ou apresentam uma visão verdadeira e justa, de acordo com a estrutura. Uma auditoria realizada em conformidade com as NIAs e exigências éticas relevantes permitem ao auditor formar essa opinião.

1. No corpo das NIAs relacionadas com informações históricas, encontra-se a NIA 800, que se refere a:
2. CONSIDERAÇÕES ESPECIAIS - AUDITORIAS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS EM CONFORMIDADE COM ESTRUTURAS COM PROPÓSITO ESPECIAL
 - Essa NIA aborda considerações especiais na aplicação daquelas NIAs a uma auditoria de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com uma estrutura com propósito especial.²
 - Essa NIA foi redigida no contexto de um conjunto completo de demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com uma estrutura com propósito especial.
 - A NIA 805 aborda considerações especiais relevantes para uma auditoria de uma única demonstração financeira ou de um elemento, conta ou item específico de uma demonstração financeira.
 - Essa NIA não derroga os requisitos das demais NIAs, nem pretende abordar todas as considerações especiais que possam ser relevantes nas circunstâncias do trabalho.

2 Estrutura com propósito especial — Estrutura de relatório financeiro desenhado para atender às necessidades de informações financeiras dos usuários específicos. A Estrutura relatórios financeiros pode ser uma estrutura de apresentação justa ou uma estrutura de cumprimento.

3. A NIA 805 refere-se a:

CONSIDERAÇÕES ESPECIAIS — AUDITORIAS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ÚNICAS E ELEMENTOS, CONTAS OU ITENS ESPECÍFICOS DE UMA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA.

- As Normas Internacionais de Auditoria (NIA) nas séries 100-700 aplicam-se a uma auditoria de demonstrações financeiras e devem ser adaptadas conforme necessário nas circunstâncias, quando aplicadas às auditorias de outras informações financeiras históricas.
- Essa NIA aborda considerações especiais na aplicação dessas NIAs a uma auditoria de uma única demonstração financeira ou de um elemento, conta ou item específico de uma demonstração financeira. A demonstração financeira única ou o elemento, a conta ou o item específico de uma demonstração financeira pode ser elaborado de acordo com uma estrutura geral ou com propósito especial. Se elaborado de acordo com uma estrutura com propósito especial, a NIA 800 também se aplicará à auditoria.
- A NIA não se aplica ao relatório de um auditor componente, emitido como um resultado do trabalho realizado sobre as informações financeiras de um componente, por solicitação de uma equipe de trabalho do grupo para fins de uma auditoria de um grupo de demonstrações financeiras (ver NIA 600).
- Essa NIA não derroga os requisitos de outras NIAs, nem pretende abordar todas as considerações especiais que possam ser relevantes nas circunstâncias do trabalho.

B. MODELO DE TERMOS DE REFERÊNCIA

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE UM PROJETO

Introdução

1. *[Esta seção deve fornecer informações históricas adequadas sobre o projeto sujeito a auditoria, incluindo uma descrição sucinta do projeto; os arranjos para sua implementação, incluindo o nome do órgão executor/beneficiário; as fontes de financiamento e os requisitos para períodos auditados.]*

Objetivo

2. O objetivo da auditoria de demonstrações financeiras de um projeto é permitir ao auditor expressar uma opinião profissional sobre a (Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração de Investimentos Acumulados)³ do projeto, referente ao período contábil findo naquela data. Os registros contábeis do projeto fornecem a base para a elaboração da demonstração financeira e são estabelecidos para refletir as transações financeiras relativas ao projeto.

Responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras

3. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, incluindo sua adequada divulgação, cabe à gerência do projeto. Isso inclui a manutenção de registros contábeis e controles internos adequados, a seleção e aplicação de políticas contábeis e a salvaguarda dos ativos do projeto. Como parte do processo de auditoria, o auditor solicitará à administração a confirmação, por escrito, das representações que nos foram apresentadas em relação à auditoria.

Escopo

4. A auditoria será realizada em conformidade com as [Normas Internacionais de Auditoria](#) [ou referir-se a normas e práticas nacionais relevantes]. Essas Normas requerem que o auditor planeje e realize a auditoria para obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve o exame, sob uma base de provas, para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação dos princípios contábeis aplicados e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. No cumprimento das Normas Internacionais de Auditoria, o auditor deverá prestar especial atenção às seguintes questões:
 - a) Ao planejar e realizar a auditoria, para reduzir os riscos da auditoria a um nível aceitavelmente baixo, o auditor deverá considerar os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras decorrente de fraude, conforme disposto na [Norma Internacional de Auditoria 240: Responsabilidade do Auditor em Considerar a Fraude em uma Auditoria de Demonstrações Financeiras](#).
 - b) Ao planejar e realizar procedimentos de auditoria e avaliar e informar seus resultados, o auditor deverá reconhecer que o descumprimento pela entidade das leis e

³ Denominação que se dá em IPSAS a Demonstração de Fluxos de Caixa.

regulamentos poderá afetar materialmente as demonstrações financeiras, conforme disposto na [Norma Internacional de Auditoria 250: Consideração de Leis e Regulamentos na Auditoria de Demonstrações Financeiras](#).

- c) O auditor deverá comunicar-se com as pessoas responsáveis pela governança de uma entidade no que se refere aos assuntos de auditoria de interesse da governança, decorrentes da auditoria de demonstrações financeiras, conforme disposto na [Norma Internacional de Auditoria 260: Comunicação com os Responsáveis pela Governança sobre Matérias de Auditoria](#).
 - d) A fim de reduzir os riscos da auditoria a um nível aceitavelmente baixo, o auditor deve determinar respostas gerais para os riscos avaliados no nível da demonstração financeira, e planejar e realizar procedimentos adicionais de auditoria para responder aos riscos avaliados no nível da afirmação, conforme disposto na [Norma Internacional de Auditoria 330: Procedimentos do Auditor em Resposta aos Riscos Avaliados](#).
6. Para fins de evidenciar o cumprimento dos arranjos de financiamento acordados para o projeto, o auditor deverá realizar provas para confirmar que:
- a) Todos os recursos externos foram usados em conformidade com as condições estabelecidas nos acordos de financiamento relevantes. Os acordos de financiamento relevantes incluem *[acordos de crédito]*;
 - b) Os recursos de contrapartida foram fornecidos e usados conforme os acordos de financiamento relevantes;
 - c) Os bens, obras e serviços financiados foram adquiridos em conformidade com os acordos de financiamento relevantes, incluindo disposições específicas das [Políticas e Procedimentos de Aquisições do BID](#)⁴; o auditor deveria realizar as inspeções físicas necessárias, com base em suas considerações de riscos.
 - d) Todos os documentos de apoio necessários, registros e contas foram mantidos, relativamente a todas as atividades do projeto.

Demonstrações Financeiras do Projeto

7. As demonstrações financeiras incluem notas mostrando os valores recebidos e pagos, compreendendo um resumo das principais políticas contábeis e outras notas explicativas.

[As notas explicativas devem incluir a conciliação entre os valores mostrados como “recebidos pelo projeto do BID” e o valor desembolsado pelo Banco, bem como um resumo da movimentação da Conta Designada do projeto.]

4 Dependendo da complexidade das atividades de aquisição, o auditor poderá considerar o envolvimento de especialistas técnicos durante o trabalho de auditoria. Nos casos em que esses especialistas forem envolvidos, o auditor deverá cumprir as disposições da [Norma Internacional de Auditoria 620: Utilização do Trabalho de um Especialista](#). A possibilidade de usar o trabalho de especialistas deverá ser levada ao conhecimento do mutuário e do BID logo no início, com vistas a um acordo mútuo e orientação apropriada.

8. Como parte de sua avaliação do controle interno, certifique-se que tenha sido efetuada comprovação da eficácia do controle nos processos de aquisições e pagamentos de bens, obras e serviços durante o período, com base em uma amostra representativa fundamentada em riscos de auditoria.

Relatórios de Auditoria

9. O auditor emitirá um parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras.
10. Em adicional ao parecer de auditoria, sem que se entenda como uma limitação, o auditor deverá também, quer no relatório de auditoria ou no relatório à administração:
 - a) Proporcionar comentários e observações sobre os registros contábeis, sistemas e controles que foram examinados no decurso da auditoria;
 - b) Identificar deficiências específicas e áreas de fragilidade nos sistemas e controles e formular recomendações para a sua melhoria;
 - c) Informar sobre casos de descumprimento dos termos do(s) acordos(s) financeiro(s);
 - d) Quantificar e informar despesas consideradas inelegíveis e pagas a débito da(s) conta(s) designada(s), ou que tenha sido reivindicado do BID;
 - e) Comunicar assuntos que tenham chegado ao seu conhecimento durante a auditoria que possam ter um impacto significativo na implementação do projeto; e
 - f) Levar ao conhecimento do mutuário quaisquer outros assuntos que os auditores considerem pertinentes.

Prazo para entrega do relatório de auditoria

11. O relatório de auditoria deve ser recebido pelo Órgão Executor no mais tardar na data acordada com a equipe de projeto. Essa data deverá ser suficientemente oportuna para permitir o cumprimento dos prazos contratuais.

Geral

12. O auditor tem o direito de acesso ilimitado a todas as informações e explicações consideradas necessárias para facilitar a auditoria, incluindo documentos legais, relatórios de preparação e supervisão do projeto, relatórios de revisões e investigações, correspondências e informações sobre contas correntes. O auditor também poderá solicitar a confirmação por escrito dos montantes desembolsados e a desembolsar nos registros do Banco.
13. O auditor é incentivado a reunir e discutir assuntos relativos à auditoria, incluindo insumos ao plano de auditoria, com a equipe de projeto do BID.

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ESCOPO AMPLIADO

(ESTES TDR PODEM SER APLICADOS AOS ASPECTOS QUE CORRESPONDEM A TRABALHOS DE ESCOPO AMPLIADO⁵, EXCLUINDO-SE AS SEÇÕES CORRESPONDENTES À AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, SE CONTRATAR DE MANEIRA INDIVIDUAL)

Introdução

1. *[Esta seção deve fornecer informações históricas adequadas sobre o projeto sujeito a auditoria, incluindo uma descrição sucinta do projeto; os arranjos para sua implementação; incluindo o nome do órgão executor/beneficiário; as fontes de financiamento e os requisitos para períodos auditados].*

Objetivo

2. O objetivo da auditoria de demonstrações financeiras de um projeto é permitir ao auditor expressar uma opinião profissional sobre a posição financeira do projeto no final de [data de referência da auditoria] e as receitas e despesas do período contábil findo naquela data. Os registros contábeis do projeto fornecem a base para a elaboração das demonstrações financeiras e são estabelecidos para refletir as transações financeiras relativas ao projeto.

Responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras

3. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, incluindo sua adequada divulgação, cabe à gerência do projeto. Isso inclui a manutenção de registros contábeis e controles internos adequados, a seleção e aplicação de políticas contábeis e a salvaguarda dos ativos do projeto. Como parte do processo de auditoria, o auditor solicitará à administração a confirmação, por escrito, das representações que nos foram apresentadas com relação à auditoria.

Escopo

4. A auditoria será realizada em conformidade com as [Normas Internacionais de Auditorias](#) [ou referir-se a normas ou práticas nacionais relevantes]. Essas normas requerem que o auditor planeje e realize a auditoria para obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve o exame, sob uma base de provas, para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Uma auditoria inclui,

⁵ O escopo ampliado pode incluir acordos de revisão, serviços de asseguração e outros serviços relacionados (procedimentos previamente acordados)

também, a avaliação da adequação dos princípios contábeis aplicados e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. No cumprimento das Normas Internacionais de Auditoria, o auditor deverá prestar especial atenção às seguintes questões:
 - a) Ao planejar e realizar a auditoria, para reduzir os riscos da auditoria a um nível aceitavelmente baixo, o auditor deverá considerar os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras decorrente de fraude, conforme disposto na [Norma Internacional de Auditoria 240: Responsabilidade do Auditor em Considerar a Fraude em uma Auditoria de Demonstrações Financeiras](#).
 - b) Ao planejar e realizar procedimentos de auditoria e avaliar e informar seus resultados, o auditor deverá reconhecer que o descumprimento pela entidade de leis e regulamentos poderá afetar materialmente as demonstrações financeiras, conforme disposto na [Norma Internacional de Auditoria 250: Consideração de Leis e Regulamentos na Auditoria de Demonstrações Financeiras](#).
 - c) O auditor deverá comunicar-se com as pessoas responsáveis pela governança de uma entidade no que se refere aos assuntos de auditoria de interesse da governança, decorrentes da auditoria de demonstrações financeiras, conforme disposto na [Norma Internacional de Auditoria 260: Comunicação com os Responsáveis pela Governança sobre Matérias de Auditoria](#).
 - d) A fim de reduzir os riscos da auditoria a um nível aceitavelmente baixo, o auditor deve determinar respostas gerais aos riscos avaliados no nível da demonstração financeira e planejar e realizar procedimentos adicionais de auditoria para responder aos riscos avaliados no nível da afirmação, conforme disposto na [Norma Internacional de Auditoria 330: Procedimentos do Auditor em Resposta aos Riscos Avaliados](#).
6. Para fins de evidenciar o cumprimento dos arranjos de financiamento acordados para o projeto, o auditor deverá realizar provas para confirmar que:
 - a) Todos os recursos externos foram usados em conformidade com as condições estabelecidas nos acordos de financiamento relevantes, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais o financiamento foi concedido. Os acordos de financiamento relevantes incluem *[acordos de crédito]*;
 - b) Os recursos de contrapartida foram fornecidos e usados em conformidade com os acordos de financiamento relevantes, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais foram concedidos;

- c) Os bens, obras e serviços financiados foram adquiridos em conformidade com os acordos de financiamento relevantes, incluindo disposições específicas das [Políticas e Procedimentos de Aquisições do BID](#)⁶:
- d) Todos os documentos de apoio necessários, registros e contas foram mantidos relativamente a todas as atividades do projeto, incluindo os métodos de emissão de relatórios sobre Solicitações de Desembolsos ou Demonstrações Financeiras Intermediárias (IFS) não auditadas. O auditor deverá certificar-se de que todos os relatórios pertinentes emitidos durante o período estavam em conformidade com os registros contábeis subjacentes.

Escopo Ampliado

- 7. *[Levando em consideração as peculiaridades da natureza das atividades do projeto, o auditor deverá efetuar e informar os seguintes procedimentos adicionais e resultados].*
- 8. **Auditoria de aquisições** *[por exemplo, em casos que envolvem transações complexas como a aquisição de bens, obras e serviços altamente especializados; e atividades que envolvem contratos significativos, incluindo a aquisição de produtos farmacêuticos, construções de estradas de grande porte, usinas de energia elétrica, etc.].*
 - a) Examinar os procedimentos de aquisição, incluindo todo o processo de licitação, a fim de determinar se este foi realizado em conformidade com a orientação das Políticas e Procedimentos de Aquisições do BID e práticas comerciais sólidas, incluindo se houve concorrência ou não, se foram obtidos preços razoáveis e se houve controles adequados em relação à qualidade e às quantidades recebidas.
 - b) Examinar os bens e obras adquiridas, a fim de determinar se existem ou foram usados para os fins a que se destinavam, em conformidade com os termos do contrato de financiamento e se há procedimentos de controle e se estes foram aplicados para assegurar a salvaguarda adequada dos itens adquiridos. Como parte dos procedimentos para determinar se os itens foram usados para os fins pretendidos, os auditores deverão realizar exames de uso final de uma amostra apropriada de todos os itens com base na avaliação do risco de controle. Os exames de uso final poderão incluir visitas de inspeção física para confirmar a existência dos itens ou se estes foram usados para os fins pretendidos, em conformidade com os termos do contrato de financiamento. O custo de todos os itens cuja existência ou uso apropriado conforme disposto no contrato de financiamento não puder ser confirmado, deverá ser quantificado e informado.

6 Dependendo da complexidade das atividades de aquisição, o auditor poderá considerar o envolvimento de especialistas técnicos durante o trabalho de auditoria. Nos casos em que esses especialistas forem envolvidos, o auditor deverá observar as disposições da [Norma Internacional de Auditoria 620: uso do Trabalho de um Especialista](#). A possibilidade de usar o trabalho de especialistas deve ser comunicada imediatamente ao mutuário e ao BID para fins de acordo mútuo e orientação adequada.

- c) Examinar a assistência técnica e os serviços adquiridos, a fim de determinar se foram usados para os fins pretendidos conforme disposto nos termos do contrato de financiamento. O custo de assistência técnica e serviços que não houverem sido adequadamente usados conforme disposto nos termos contrato de financiamento, deverá ser quantificado e informado.
9. **Auditoria de transferência condicional, subsídios e projetos de desenvolvimento voltados para comunidades** *[tais como aqueles cujas atividades incluem doações substanciais a comunidades; aqueles com atividades amplamente dispersas que não podem ser facilmente monitoradas ou supervisionadas; e adiantamentos para os quais não se prevê accountability convencional pelos beneficiários].*
- a) Examinar livros-razão gerais de programas para determinar se os adiantamentos recebidos por meio da Conta Designada foram adequadamente registrados e regularmente conciliados com as informações do Banco⁷. Evidência de que os adiantamentos recebidos e as despesas efetuadas foram apropriadamente registrados.
- b) Examinar os procedimentos aplicados para o controle de recursos, incluindo sua canalização para instituições financeiras contratadas ou outras entidades executoras. Examinar as contas bancárias e os controles dessas contas bancárias. Realizar confirmação / circularização positiva de saldos, se necessário.
- c) Selecionar uma amostra representativa de gastos de subprojetos e proceder às seguintes provas detalhadas:
- i. Determinar se os adiantamentos de recursos foram justificados com documentação, incluindo conciliações de recursos adiantados, desembolsados ou disponíveis. Os auditores devem certificar-se de que todos os recursos recebidos pelo beneficiário foram adequadamente registrados em seus registros contábeis e que esses registros foram periodicamente conciliados com as informações mantidas nos principais registros do projeto.
- ii. Examinar procedimentos de aquisições, a fim de determinar se foram utilizadas práticas comerciais sólidas, incluindo concorrência, se foram obtidos preços razoáveis, e se houve controles adequados em relação à qualidade e quantidades recebidas.
- iii. Examinar os bens e obras adquiridas, a fim de determinar se existem e foram usados para os fins a que se destinavam, em conformidade com os termos do contrato de financiamento e se há procedimentos de controle e se estes foram aplicados para assegurar a salvaguarda adequada dos itens adquiridos. Como parte dos procedimentos para determinar se os itens foram usados para os fins pretendidos, os auditores deverão realizar exames de uso final de uma amostra apropriada de todos os itens com base na avaliação do risco de controle. Os exames de uso final poderão incluir visitas de inspeção física para confirmar a existência dos itens ou se estes foram usados para os fins pretendidos, em conformidade com os termos do contrato de financiamento. O

7 As fontes incluirão o Sistema de Gestão de Empréstimos (WLMS) fornecido pelo Banco.

custo de todos os itens cuja existência ou uso apropriado conforme disposto no contrato de financiamento não puder ser confirmado, deverá ser quantificado e informado.

- iv. Examinar a assistência técnica e os serviços adquiridos, a fim de determinar se foram usados para os fins pretendidos, conforme disposto no contrato de financiamento. O custo de assistência técnica e serviços que não houverem sido adequadamente usados conforme disposto no contrato de financiamento, deverá ser quantificado e informado.
 - d) Como parte dos procedimentos para determinar se os recursos fornecidos foram aplicados para os fins a que se destinavam, os auditores devem visitar as atividades do projeto a fim realizar revisões de uso final⁸ de amostra apropriada, com base na avaliação do risco de controle.
10. **Revisão de controles internos** *[em circunstâncias tais como aquelas em que forem detectadas deficiências em arranjos de contabilidade, relatórios e monitoramento; deficiências em arranjos institucionais de supervisão, incluindo a ausência de uma função interna de auditoria eficaz; e desafio à supervisão devido à existência de unidades de accountability dispersa].*
11. Não obstante o nível de riscos, os auditores deverão examinar e avaliar o controle interno do beneficiário, a fim de obter um entendimento suficiente do desenho das políticas e procedimentos de controle relevantes e verificar se essas políticas e procedimentos foram implementados como pretendido (ver parágrafos 4 e 5). Os auditores deverão, a seguir, preparar um relatório identificando as deficiências significativas no desenho ou operação do controle interno, bem como outras deficiências materiais e condições que devam ser informadas⁹.
12. Os principais componentes do controle interno a ser estudado e avaliado incluem, mas sem limitar-se a, os controles relacionados com cada conta de receita e despesa nas demonstrações financeiras do projeto. Os auditores deverão:
- a) Obter um entendimento suficiente do controle interno para planejar a auditoria e determinar a natureza, a oportunidade e a extensão dos testes a serem realizados. Isso inclui um entendimento dos objetivos do projeto, componentes e atividades do projeto;

8 Dependendo da complexidade das atividades, o auditor poderá considerar o envolvimento de especialistas técnicos durante o trabalho de auditoria. Nos casos em que esses especialistas forem envolvidos, o auditor deverá cumprir as disposições da [Norma Internacional de Auditoria 620: Uso do Trabalho de um Especialista](#). A possibilidade de usar o trabalho de especialistas deverá ser submetida logo no início à consideração do mutuário e do BID, para fins de acordo mútuo e orientação apropriada.

9 Deficiências materiais são condições que devem ser informadas, nas quais o desenho ou a operação de elementos específicos do controle interno não reduzem a um nível relativamente baixo o risco de que erros ou fraudes que seriam materiais em relação às demonstrações financeiras possam ocorrer e não ser detectados oportunamente pela administração no desempenho de suas funções normais. Condições que devem ser informadas envolvem questões que chegam ao conhecimento do auditor no que se referem a deficiências significativas no desenho ou na operação do controle interno que, no julgamento do auditor, poderiam afetar adversamente a capacidade do beneficiário de registrar, processar, resumir e informar dados financeiros consistentes com as afirmações da administração nas demonstrações financeiras.

arranjos institucionais; a contabilidade e o ambiente de controle interno; arranjos de aquisições; supervisão da administração; e arranjos de relatórios. Isso também inclui examinar os termos do contrato de empréstimo.

- b) Avaliar o risco inerente¹⁰, o risco de controle¹¹ e determinar o risco combinado¹². Resumir as avaliações de riscos para cada afirmação em um papel de trabalho. As avaliações de riscos deverão considerar as seguintes categorias abrangentes de cada afirmação: (i) existência ou ocorrência; (ii) completude; (iii) direitos e obrigações; (iv) avaliação e alocação; e (v) apresentação e divulgação. No mínimo, os papéis de trabalho deverão identificar o nome da conta ou da afirmação; o saldo da conta ou o montante representado pela afirmação; o nível de risco inerente (alto, moderado ou baixo); e uma descrição da natureza, oportunidade e extensão dos testes realizados com base nos riscos combinados. Esses papéis de trabalho resumidos deverão ter uma referência cruzada com os papéis de trabalho de apoio contendo uma análise detalhada do trabalho de campo. Se o risco de controle for avaliado como inferior ao nível máximo (alto), a base para a conclusão do auditor deverá ser documentada nos papéis de trabalho.
- c) Se o os auditores avaliarem o risco de controle no nível máximo para afirmações materiais relacionadas com saldos de contas, classes de transação e componentes das demonstrações financeiras do projeto quando essas afirmações dependem significativamente de sistemas de informação computadorizados, os auditores deverão documentar nos papéis de trabalho a base para essa conclusão, abordando: (i) a ineficácia do desenho e/ou da operação dos controles; ou (ii) as razões pelas quais seria ineficaz testar os controles.
- d) Avaliar o ambiente de controle, a adequação dos sistemas contábeis e os procedimentos de controle. Enfatizar as políticas e os procedimentos relativos à capacidade do beneficiário para registrar, processar, resumir e informar dados financeiros consistentes com as afirmações incorporadas a cada conta das demonstrações financeiras do projeto. Isso deverá incluir, mas sem limitar-se a, os sistemas de controle para:
 - i. Assegurar que os trabalhos do projeto são adequados e corroborados;
 - ii. Administrar dinheiro em caixa e em contas bancárias;
 - iii. Adquirir bens, obras e serviços em conformidade com arranjos acordados;

10 Risco inerente é a suscetibilidade de uma afirmação - tal como o saldo de uma conta - a distorções relevantes que não estejam relacionadas com políticas ou procedimentos de controle interno.

11 Risco de Controle é o risco de que uma distorção relevante que poderia ocorrer em uma afirmação não seja evitada ou detectada oportunamente pelas políticas ou procedimentos de controle interno da entidade.

12 Risco combinado (algumas vezes denominado risco de detecção) é o risco de que o auditor não detecte uma distorção relevante existente na afirmação. O risco combinado baseia-se na eficácia de um procedimento de auditoria e na aplicação desse procedimento pelo auditor.

- iv. Custódia e gestão apropriada de bens e obras adquiridos e aprovação prévia dos serviços recebidos;
 - v. Assegurar o cumprimento dos termos do contrato de financiamento e de leis e regulamentos que, coletivamente, tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do projeto; e
 - vi. Incluir no estudo e na avaliação, outras políticas e procedimentos que possam ser relevantes se relacionados com os dados usados pelos auditores na aplicação de procedimentos de auditoria. Isso poderá incluir, por exemplo, políticas e procedimentos relacionados com dados não-financeiros usados pelos auditores em procedimentos analíticos.
- e) No cumprimento do requerimento de auditoria relacionada com um entendimento do controle interno e a avaliação do nível de risco de controle, o auditor deverá seguir, no mínimo, a orientação contida nas Normas Internacionais de Auditoria (conforme descritas no parágrafo 4).

Demonstração Financeira do Projeto

13. O auditor deverá certificar-se de que as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as [Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público](#) [ou mencionar normas ou práticas nacionais relevantes].

Revisão de Demonstrações de Despesas e Demonstrações Financeiras Intermediárias Não Auditadas

14. O auditor deverá auditar todas as solicitações de desembolso submetidas ao BID em apoio às solicitações de reposições periódicas da(s) conta(s) designada(s) do projeto. As despesas deverão ser examinadas em termos de sua elegibilidade, com base em critério definido no contrato de financiamento e detalhado no Documento de Projeto e no Regulamento Operativo (quando seja aplicável). Sempre que as despesas não elegíveis sejam identificadas como tendo sido incluídas na solicitação de desembolso e reembolsadas, as mesmas deverão ser informadas.

Revisão de Contas Designadas

15. Durante a auditoria das demonstrações financeiras do projeto, o auditor deverá examinar as atividades da(s) conta(s) designada(s) do projeto. As atividades a serem examinadas incluem depósitos recebidos, pagamentos efetuados, juros auferidos e conciliação de saldos de final de período.

Relatórios de Auditoria

16. O auditor emitirá um parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras.
17. Em adicional ao parecer de auditoria, o auditor deverá também, quer no relatório de auditoria ou no relatório à administração:

- a) Proporcionar comentários e observações sobre os registros contábeis, sistemas e controles que foram examinados no decurso da auditoria;
- b) Identificar deficiências específicas e áreas de fragilidade nos sistemas e controles e formular recomendações para sua melhoria;
- c) Informar casos de descumprimento dos termos do(s) acordo(s) de financeiro(s);
- d) Quantificar e informar despesas consideradas inelegíveis e pagas a débito de conta(s) designada(s), ou que tenha sido reivindicado do BID;
- e) Comunicar assuntos que tenham chegado ao seu conhecimento durante a auditoria, que possam ter um impacto significativo na implementação do projeto; e
- f) Levar ao conhecimento do mutuário quaisquer outros assuntos que os auditores considerem pertinentes.

Prazo para entrega do relatório de auditoria

18. O parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras e a Carta da Gerência deverá ser recebido pelo Órgão Executor no mais tardar na data acordada com a equipe de projeto. Essa data deverá ser o suficientemente oportuna para permitir o cumprimento dos prazos contratuais.

Geral

19. O auditor terá direito de acesso ilimitado a todas as informações e explicações consideradas necessárias para facilitar a auditoria, incluindo documentos legais, relatórios de preparação e supervisão do projeto, relatórios de revisões e investigações, correspondências e informações sobre contas correntes. O auditor também poderá solicitar confirmação por escrito dos montantes desembolsados e a desembolsar nos registros do Banco.
20. O auditor é incentivado a reunir-se e discutir questões relativas à auditoria, incluindo insumos ao plano de auditoria, com a equipe de projeto do BID.

C. MODELOS DE PARECER (COMPONENTE PRINCIPAL DE UM RELATÓRIO)

A título de orientação e sem o propósito de substituir o julgamento profissional dos auditores e sua obrigação de cumprir as NIAs e os TdR correspondentes, alguns exemplos das principais modalidades de parecer recomendadas nas NIA e adaptadas ao escopo dos projetos, são apresentadas a seguir. Os aspectos relacionados com os relatórios de auditoria devem ser consultados com maior profundidade técnica nas **NIAs 700-799 Conclusões e Relatórios de Auditoria**. As NIA fornecem orientação e modelos para a emissão de pareceres:

- Opinião sem modificação;
- Opinião com modificações;
- Com opiniões nas quais se inclui um parágrafo ou parágrafos para destacar assuntos considerados importantes.

EXEMPLO DE PARECER COM OPINIÃO LIMPA**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ao: (Nome da Entidade destinatária do relatório)

Identificação do Programa

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

Examinamos as Demonstrações Financeiras anexas de (nome do executor), que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em ____ (data de encerramento) e a Demonstração de Investimentos Acumulados em ____ (data de encerramento), assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, correspondentes ao Programa _____, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo Nº _____ do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Governo de _____.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração do programa é responsável pela elaboração e apresentação confiável dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (ou nome das normas locais) e pelos controles internos que considerou como necessários para que essas demonstrações estejam livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras com base em nossa auditoria. Realizamos nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos adotados pela Entidade relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Tal como descrito na nota _____, as Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados foram elaboradas sobre a base contábil de fundos (caixa), em conformidade com a Norma Internacional sobre relatório financeiro sobre a base contábil de fundos (caixa). A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os fluxos de caixa para o período findo em (data de encerramento) e os investimentos acumulados do Programa _____ em ____ (data de encerramento), de acordo com a norma contábil mencionada no parágrafo anterior e as políticas contábeis descritas na nota _____.

Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios

Não se observaram situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras¹³ do contrato de empréstimo nº _____ do Banco Interamericano de Desenvolvimento durante o período submetido à nossa auditoria.

(Esta seção deverá ser aplicada especificamente ao que está previsto nos TdR, caso se tenha estabelecido obrigação adicional e específica sobre o cumprimento de cláusulas financeiras contratuais).

(Assinatura do Representante Legal ou Assinatura do Auditor, se pessoa física.)

(Data da opinião)

¹³ As cláusulas financeiras aqui mencionadas são aquelas relativas ao escopo fiduciário, ou seja, à gestão financeira e de aquisições do projeto.

EXEMPLO DE PARECER COM OPINIÃO MODIFICADA

Natureza dos assuntos que agravam a modificação	Julgamento do auditor relacionado com a ocorrência dos efeitos ou possíveis efeitos nas EFAs	
	Relevante porém não invasivo aos EFAs em conjunto	Relevante e afeta as EFAs em conjunto
As Demonstrações Financeiras estão distorcidas	Opinião qualificada	Opinião adversa
Incapacidade para obter evidência suficiente e apropriada de auditoria	Opinião qualificada	Abstenção de opinião

1. OPINIÃO QUALIFICADA DEVIDO A DISTORÇÃO RELEVANTE DE UMA PARTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O texto é semelhante ao do Parecer sem ressalva (ou limpo), exceto pelo acréscimo das seguintes seções:

EXEMPLO DE PARECER COM OPINIÃO QUALIFICADA

Após o parágrafo sobre a responsabilidade do auditor...

Bases para opinião qualificada

O montante registrado como recursos recebidos pelo projeto é de US \$ XYZ, os quais são inferiores aos recursos transferidos de acordo com dados confirmados pelo BID, em US\$ XYZ, que representam 10% do total de recursos transferidos no período, devido ao fato de a Administração não ter contabilizado pagamentos diretos efetuados pelo BID em conformidade com o Contrato de Empréstimo e o Plano de Aquisições relativamente aos contratos com fornecedores do exterior. Essa situação configura desvio da base contábil de fundos (caixa) e distorce de maneira importante a realidade do passivo e da execução do projeto.

Opinião Qualificada

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo anterior, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os Fluxos de Caixa para o período findo em ____ (data de encerramento) e os Investimentos Acumulados do Programa ____ em ____ (data de encerramento), de acordo com a norma contábil mencionada no parágrafo anterior e as políticas contábeis descritas na nota ____.

2. OPINIÃO ADVERSA DEVIDO A DISTORÇÃO RELEVANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O texto é semelhante ao do Parecer com opinião qualificada, exceto pelo acréscimo das seguintes seções:

EXEMPLO DE PARECER COM OPINIÃO ADVERSA

Após o parágrafo sobre a responsabilidade do auditor ...

Bases para opinião adversa

O montante registrado como recursos recebidos pelo projeto é de US \$ XYZ, os quais são inferiores aos recursos transferidos de acordo com dados confirmados pelo BID, em US\$ XYZ, que representam 40% do total de recursos transferidos no período, devido ao fato de a Administração não ter contabilizado pagamentos diretos efetuados pelo BID em conformidade com o Contrato de Empréstimo e o Plano de Aquisições relativamente aos contratos com fornecedores do exterior. Essa situação configura desvio da base contábil de fundos (caixa) e distorce de maneira importante a realidade do passivo e da execução do projeto.

Opinião Adversa

Em nossa opinião, devido à materialidade da distorção exposta no parágrafo anterior, as Demonstrações Financeiras acima referidas não apresentam, razoavelmente, os Fluxos de Caixa para o período findo em (data de encerramento) e os Investimentos Acumulados do Programa _____ em ____ (data de encerramento) de acordo com a norma contábil de fundos (caixa) e as políticas contábeis descritas na nota ____.

Esse tipo de opinião também é emitido caso não tenha sido possível ao auditor obter evidência ou aplicar seus procedimentos de auditoria a um segmento das Demonstrações Financeiras que, embora importante, não é suficiente para a emissão de uma opinião adversa.

3. ABSTENÇÃO DE OPINIÃO

O texto é semelhante ao do Parecer com opinião adversa, exceto pelo acréscimo das seguintes seções:

EXEMPLO DE PARECER COM ABSTENÇÃO DE OPINIÃO

Após o parágrafo sobre a responsabilidade do auditor ...

Bases para abstenção de opinião

O montante registrado como recursos recebidos pelo projeto é de US \$ XYZ. Esses recursos correspondem a operações executadas em mais de 80%, principalmente por intermédio do PNUD como agência de compras. Durante o exame de auditoria, tentamos obter acesso aos registros originais das aquisições realizadas por esse meio, porém não nos foi possível em decorrência das políticas restritivas do PNUD para o acesso aos seus documentos originais. Somente nos foram fornecidas fotocópias dos documentos, que consideramos que não são evidência suficiente e competente da integridade das informações e, por conseguinte, não constituem uma base suficiente para formarmos uma opinião sobre a confiabilidade das informações contidas nas demonstrações financeiras mencionadas.

Abstenção de Opinião

Devido à materialidade da limitação de acesso às informações originais das aquisições, mencionada no parágrafo precedente, não tivemos condições de obter evidência suficiente e competente como base para a nossa opinião. Consequentemente não expressamos uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras.

4. PARÁGRAFOS DE ÊNFASE NO PARECER

Os parágrafos de ênfase são regidos pela NIA 706, segundo a qual um parágrafo de ênfase se refere a um assunto apropriadamente revelado nas Demonstrações Financeiras ou nas notas que, a julgamento do auditor, é de tal importância que se torna fundamental para que os usuários do relatório entendam as Demonstrações Financeiras.

O texto é semelhante ao do Parecer com opinião adversa, exceto pelo acréscimo da seguinte seção:

EXEMPLO DE PARÁGRAFO DE ÊNFASE NO PARECER

Após o parágrafo de opinião...

Assunto de Ênfase

Chamamos a atenção ou destacamos que, em conformidade com a nota No. XX, às Demonstrações Financeiras, existe uma incerteza sobre a continuidade do projeto, devido a uma ação da sociedade civil relacionada com os prédios que serão adquiridos para a construção dos trechos de estrada que comprometem zonas urbanas e aos quais, em conformidade com a reclamação, a comunidade se opõe por razões ancestrais afetivas. Uma sentença desfavorável limitaria ou impediria a aquisição dos prédios e colocaria em alto risco a continuidade das obras do projeto.

D. RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, ASSOCIADO A UMA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O relatório para comunicar deficiências no Sistema de Controle Interno àqueles responsáveis da administração e da governança é regido pela NIA 265, quando vinculado a uma auditoria das Demonstrações Financeiras. Basicamente com esse alcance, o auditor não está obrigado a emitir opinião sobre a eficácia do controle interno. O auditor pode identificar deficiências como parte da avaliação de riscos e nas outras etapas da auditoria. Nos termos dessa norma, o auditor está obrigado a comunicar essas deficiências às pessoas responsáveis da administração e da governança do ente sob auditoria.

EXEMPLO DE RELATÓRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao: _____

Programa: _____

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 20XX e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 20XX, do Programa _____ financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o Contrato de Empréstimo Nº _____ e do aporte local da República do _____, executado por _____, e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data ____ de _____ de 20XX.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

A Administração de _____ do Programa _____ é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorção das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do projeto, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. Para cumprir com essa responsabilidade, se requer juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à administração uma segurança razoável, porém não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizadas, que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da administração e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis. Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia do desenho e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das Demonstrações Financeiras do programa referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 20XX, obtivemos um entendimento do sistema de controle interno vigente e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre as

demonstrações financeiras do projeto, e não para opinar sobre a eficácia do sistema de controle interno, motivo pelo qual não a expressamos.

Observamos certos aspectos que são descritos no presente relatório relacionado com o sistema de controle interno e sua operação, que consideramos condições que merecem ser informadas, em conformidade com as normas internacionais de auditoria. As condições que merecem ser informadas compreendem assuntos que chamaram a nossa atenção relativamente a deficiências importantes no desenho ou operação do sistema de controle interno que, em nosso julgamento, poderiam afetar adversamente a capacidade do Programa _____ para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma consistente com as afirmações da administração nas Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados.

Uma deficiência significativa é uma condição que merece ser informada, em que o desenho ou operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades por valores que poderiam ser significativos em relação às Demonstrações Financeiras do Programa, e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos empregados no desempenho normal das funções para as quais foram designados.

(Identificar da relação de deficiências de controle interno aquelas consideradas significativas, ou declarar que as deficiências identificadas não são consideradas significativas).

Assinatura

Local e Data

III. OUTROS RELATÓRIOS DE AUDITORIA

Em conformidade com as NIA ou Normas equivalentes de auditoria, bem como por exigências específicas no contrato de auditoria, ao parecer sobre as Demonstrações Financeiras devem ser anexados outros relatórios ou seções dentro de um relatório, que tecnicamente não são considerados no âmbito do parecer da auditoria, exceto se assim estiver previsto.

No entanto, esses relatórios ou seções são anexados ao parecer, por constituírem constatações do auditor, importantes para a prestação de contas, a boa governança e o controle dos projetos.

1. OUTROS RELATÓRIOS ASSOCIADOS A UMA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (quando o escopo do exame se estende para além da auditoria financeira)

EXEMPLO:**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTÁBIL E FINANCEIRAS* E DO REGULAMENTO OPERATIVO**

Ao: _____

Programa: _____

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa referente ao ano findo em 31 de dezembro de 20XX e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 20XX do Programa _____ entre a República de _____ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, executado por _____, e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data de ____ de _____ de 20XX.

Em conexão com nossa auditoria, examinamos o cumprimento das cláusulas e dos artigos contratuais de caráter contábil e financeiro estabelecidos nas disposições especiais e normas gerais do Contrato de Empréstimo nº _____, e o cumprimento do estabelecido no Regulamento Operativo do Programa, aplicáveis em 31 de dezembro de 20XX. Examinamos as disposições especiais descritas no capítulo _____, cláusulas nºs. _____, as normas gerais descritas no capítulo _____, artigos nºs. _____ e as disposições estabelecidas no Regulamento Operativo do Programa, descritas no capítulo _____ nºs. _____.

Realizamos nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria e os requerimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas exigem o devido planejamento e realização da auditoria para obtermos uma segurança razoável de que _____ cumpriu as cláusulas pertinentes do contrato de empréstimo e as leis e os regulamentos aplicáveis, bem como as disposições contidas no Regulamento Operativo do Programa. A auditoria inclui o exame, baseado em provas, da evidência apropriada. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Em nossa opinião, durante o ano findo em 31 de dezembro de 20XX, _____ cumpriu, em todos os seus aspectos substanciais as cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro do Contrato de Empréstimo para o Programa _____ nº _____ e as leis e os regulamentos aplicáveis, bem como o Regulamento Operativo do Programa.

(Em nossa opinião, exceto pela cláusula _____, conforme indicado no capítulo _____ sobre o cumprimento de cláusulas de caráter contábil e financeiro do Programa, não tivemos conhecimento de fatos ou eventos que impliquem o descumprimento ou a violação, por parte do Executor, dessas cláusulas ou disposições de caráter contábil e financeiro.)

Assinatura

Local e Data

* As cláusulas financeiras aqui referidas são as relacionadas com o escopo fiduciário, isto é a gestão financeira e de aquisições do Projeto.

2. OUTRAS INFORMAÇÕES INCLUÍDAS EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quando forem incluídas informações que não tenham relação direta para a interpretação e o entendimento das Demonstrações Financeiras, ou seja, diferentes das Notas às Demonstrações Financeiras ou de relatórios com exigência específica de parecer (por exemplo, de asseguração), os trabalhos e a forma de relatório são regulados pela NIA 720 (Responsabilidade do Auditor relacionada com outras Informações incluídas em documentos que contenham demonstrações financeiras auditadas).

Determinadas informações, que não correspondam precisamente a Notas às Demonstrações Financeiras, é possível que sejam apresentadas nos relatórios às demonstrações financeiras, as quais não se consideram básicas ou fontes de respaldo para determinar ou interpretar essas demonstrações, mas que se forem inconsistentes com essas informações, poderiam prejudicar a credibilidade das Demonstrações Financeiras. Essas informações são conhecidas como Informações Financeiras complementares. O auditor não tem a responsabilidade de auditar essas informações, mas sim por certificar-se de que não desvirtua as informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras. Por conseguinte, e nesse sentido, o auditor deve revisar essas informações.

São exemplos de informações complementares:

- Relatório de gestão da administração ou de outros que exerçam governança sobre a Entidade;
- Valores em nível de resumo sobre rubricas das Demonstrações Financeiras;
- Índices ou Indicadores Financeiros;
- Dados dos empregados;
- Dados financeiros sobre períodos intermediários; e
- Remunerações e outros gastos dos Diretores, etc.

Em casos como esse, não é requerido emitir opinião, porém revelar que as informações foram lidas e verificadas que são consistentes com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras auditadas. Sugere-se utilizar o formato de relatório apresentado a seguir.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
COMPLEMENTARES**

Ao: _____

Programa: _____

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 20XX e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 20XX, do Programa _____ entre a República de _____ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, executado por _____, e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data de ____ de _____ de 20XX.

Realizamos nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e os requerimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas exigem que planejem e realizemos a auditoria para obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante causada por fraude ou erro.

Realizamos nossa auditoria com o propósito de expressar uma opinião sobre as Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados do Programa _____, tomadas em conjunto. As informações financeiras complementares anexas são apresentadas para fins de análise adicional e não são consideradas necessárias para a apresentação das Demonstrações Financeiras básicas. As informações foram lidas e verificamos que são consistentes com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras que fazem parte da auditoria mencionada no primeiro parágrafo.

...(e, em nossa opinião, exceto pelas limitações mencionadas no nosso relatório sobre a auditoria das Demonstrações Financeiras básicas, as informações estão razoavelmente apresentadas, em todos os aspectos importantes relacionados com as demonstrações financeiras básicas consideradas em conjunto.)

Assinatura

Local e Data

3. RELATÓRIO SOBRE ASSEGURAÇÃO

Audidores podem ser contratados para realizar, em conjunto, o exame de auditoria das Demonstrações Financeiras históricas e para outros trabalhos relacionados, como, por exemplo, verificar o grau de cumprimento das cláusulas contratuais, a correção das solicitações de desembolsos, ou outros aspectos relacionados com o projeto e que estejam ao seu alcance profissional. Da mesma forma, os auditores independentes, que não aqueles que estejam encarregados do exame de auditoria das Demonstrações Financeiras históricas, podem ser contratados para esses trabalhos relacionados. Em geral, os trabalhos mencionados anteriormente, são denominados “de asseguração ou de segurança razoável” (*assurance engagements*), os quais são regidos pela NIA 3000, descrita de forma sucinta a seguir:

NIAE 3000. Compromissos de Asseguração

Essa norma estabelece os princípios básicos e os procedimentos essenciais para o Contador Público que presta serviços de segurança razoável que não sejam de auditoria de Demonstrações contábeis históricas - que já estão cobertos pelas NIAs -, ou de trabalhos de revisão, os quais são regidos pela Norma Internacional para trabalhos de revisão (*International Standards on Review Engagements* - ISREs).

A Norma trata, ainda, sobre questões de ética; controle de qualidade; procedimentos aplicáveis; e sobre as modalidades dos relatórios para esses serviços de segurança razoável, que são diferentes do exame de demonstrações financeiras.

O Relatório de Asseguração

A Norma de Auditoria não exige um formato padronizado de relatório, porém, no mínimo, deveriam estar presentes os seguintes componentes básicos:

a. Considerações Gerais

O relatório deve ajustar-se aos assuntos que são objeto do exame do auditor. O relatório deve conter um sumário executivo e um relatório detalhado, a menos que este não seja necessário e que todos os aspectos relevantes fiquem cobertos pelo sumário executivo. O sumário executivo focaliza nos aspectos básicos do resultado e deve ajustar-se aos TdR ou equivalentes, a fim de responder a cada objetivo e componente previsto para o seu trabalho. O Relatório longo ou detalhado pode incluir, além dos aspectos básicos, detalhes dos termos de seu compromisso, os critérios utilizados, as constatações relacionadas com os assuntos que estão sendo avaliados e, em alguns casos, as recomendações. Todas as constatações e recomendações devem estar separadas da conclusão ou das conclusões obtidas, a fim de evitar confusões.

b. Título do relatório

Indicar claramente que se trata de um relatório de asseguração independente.

Exemplo:

“RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO SOBRE A EFICÁCIA DO CONTROLE INTERNO DO PROJETO ABC”

c. Indicação do destinatário do relatório

Exemplo:

Ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e à Máxima Autoridade Executiva
(nome do executor)

d. Identificação e descrição dos assuntos submetidos à avaliação. Inclui, mas sem limitar-se a:

- Escopo e extensão do trabalho, ou seja, as informações que foram examinadas e datas do período ou dos períodos cobertos, nome da Entidade ou componente da Entidade sujeitos à avaliação.

Exemplo:

“Examinamos a evidência relacionada com a eficácia na concepção e cumprimento do controle interno do projeto ABC, para o qual estabelecemos as condições do sistema de controle e seu cumprimento durante o período compreendido entre (datas dos períodos)”.

- Informar as características do assunto avaliado, que os usuários previstos devem estar cientes, e apresentar explicação de como essas características pode influenciar a precisão da avaliação ou a extensão do tema contra aos critérios identificados, ou a persuasão da evidência disponível. Por exemplo: o grau na qual a informação apresentada é qualitativa ou quantitativa, objetividade versus subjetividade, e bases históricas versus estimativas.

Exemplo:

O sistema de controle interno de (nome do executor) deve ser estruturado e funcionar em conformidade com as Normas (citar as normas ou indicar que deve ajustar-se aos critérios definidos pelo COSO ou às Normas de controle interno

constantes do Regulamento Operativo). Quanto à estrutura do sistema de controle interno, baseamo-nos na existência de características representativas do Ambiente de Controle, a Avaliação de Riscos, as Atividades de Controle, a Informação e Comunicação e o Monitoramento do Sistema. Da mesma forma, o funcionamento do controle reflete-se nas transações realizadas e a consecução dos objetivos previstos para o sistema no período sob avaliação. No sentido anterior, a qualidade das transações será um reflexo da presença ativa dos componentes avaliados...

Por controle interno entende-se "... (Poderia ser fornecida a definição do controle interno (natureza e objetivos) e seus componentes)"

- Quando aplicável, informar mudanças de um período para outro que afeta a comparabilidade das informações do assunto reportado.

Exemplo:

"O Sistema de Controle Interno, para o período coberto por esta avaliação, foi ajustado com base nas Normas de controle interno do País, as quais se baseiam na norma internacional COSO/INTOSAI. Por conseguinte, a opinião sobre a eficácia e as constatações reportadas no relatório anterior, não são comparáveis com os resultados atuais que serviram de base para as conclusões neste relatório."

- Identificação dos critérios utilizados para a avaliação ou referir-se aos critérios quando estes fizerem parte de declarações do responsável pelo assunto reportado objeto da avaliação.

Exemplo:

"Os critérios utilizados para analisar a estrutura e no aplicável a eficácia no cumprimento, foram as Normas nacionais de controle interno."

Em se tratando de um requisito, ou quando as circunstâncias de necessidade de clareza o requeiram, deve-se indicar se os critérios correspondem a regulações ou normas ou se são emitidos por especialistas ou órgãos autorizados.

- Métodos de medição utilizados e mudanças no método, especialmente quando os critérios impedem escolher várias opções de métodos.

Exemplo:

“Para as avaliações utilizamos: (i) Na estrutura, comparação direta com as características e os elementos sugeridos pela norma COSO/INTOSAI; e (ii) Para o funcionamento, obtivemos amostras estatísticas tanto de gastos como de outros pagamentos efetuados com os fundos do projeto...”.

- Qualquer interpretação significativa na aplicação dos critérios.

Exemplo:

“No caso da avaliação de riscos, as áreas técnicas do executor utilizaram métodos quantitativos para estabelecer seus mapas de risco, enquanto as áreas de administração financeira e aquisições utilizaram métodos qualitativos para classificar a severidade dos riscos...”.

- Quando for apropriado, incluir uma descrição de qualquer limitação importante associada com a avaliação ou medição dos assuntos objeto da avaliação em relação aos critérios.

Exemplo:

No caso de um relatório de asseguuração sobre a eficácia do controle interno, deve-se indicar ao leitor que:

“As avaliações ou condições históricas do controle interno não são relevantes para períodos futuros, devido à suscetibilidade do controle interno de deteriorar-se por mudanças nas condições ou por problemas de descumprimento...”

- Indicar a responsabilidade da entidade ou pessoa que fornece as informações e a responsabilidade do auditor em relação ao assunto reportado.

Exemplo:

“Em conformidade com as Normas vigentes, a Máxima Autoridade Executiva é responsável pela concepção, implantação e funcionamento eficaz do controle interno. Somos responsáveis por emitir uma opinião sobre a eficácia do mesmo, com base no alcance estabelecido nos TdR de nossa contratação e em considerações adicionais que julgamos pertinentes nas circunstâncias...”.

- Indicação de uso restrito das informações. Isto é, que devem ser lidas exclusivamente pelos destinatários especificados nos TdR.

e. *Indicação de que o trabalho foi realizado conforme a NIA 3000.*

f. *Conclusão do Auditor*

Quando a asseguração se refere a múltiplos aspectos ou assuntos, devem ser incluídas conclusões separadas para cada um.

g. *Dependendo do tipo de compromisso, o Auditor se referirá a asseguração razoável ou a asseguração razoável limitada.*

- Em asseguração razoável sem limitação sobre a eficácia do controle interno, a conclusão deve ser expressa de forma positiva e indicar:

Exemplo:

“Em nossa opinião, o controle interno é eficaz em todos os aspectos materiais baseados nos critérios XYZ (por exemplo, os componentes do COSO/INTOSAI). ... “ ou “Em nossa opinião, a declaração do executor do projeto sobre a eficácia do controle interno, com base nos critérios XYZ é confiável...”

- Em asseguração razoável com limitação, a conclusão deveria ser expressa de forma negativa:

Exemplo:

“Com base no trabalho objeto deste relatório, nada chamou nossa atenção que ocasione ou faça crer que o controle interno do projeto não seja eficaz em todos os aspectos materiais baseados nos critérios XYZ (por exemplo, os componentes do COSO/INTOSAI)”; ou *“Com base no trabalho apresentado neste relatório, concluímos que nada chamou nossa atenção que ocasione ou faça crer que a declaração do executor do projeto sobre a eficácia do controle interno, com base nos critérios XYZ, não seja confiável”.*

- Quando for emitida uma conclusão que se distancie das indicadas anteriormente, o relatório deverá conter uma explicação clara das razões para tanto. Isso inclui identificar, transação por transação, os descumprimentos ou as deficiências identificadas, os riscos, ou, conforme o caso, as consequências comprovadas. (Eventuais recomendações devem ser apresentadas em uma seção separada do relatório).

h. *Indicar a data do relatório.*

- i. *Indicar o nome da Firma de Auditoria ou do Auditor e incluir a respectiva Assinatura de responsabilidade.*

TERMOS DE REFERÊNCIA

Quando o auditor for contratado em separado para emitir relatórios de asseguarção, como, por exemplo, sobre: (i) Cláusulas contratuais; (ii) aquisições; (iii) desembolsos, etc., poderão ser utilizados formatos de TdR semelhantes aos mencionados no escopo ampliado, ou cartas de acordo, para procedimentos previamente acordados, porém fazendo-se as modificações previstas no âmbito da NIA 3000.

É importante que, caso sejam utilizados TdR ampliados, se diferenciem claramente, em seções separadas, os objetivos buscados com esses trabalhos. Por exemplo, se o nível de risco é alto, poderá ser necessário que a auditoria, além de examinar as demonstrações financeiras históricas e olhar para o controle interno como um meio no marco das NIAs, examine o controle interno em sua estrutura e funcionamento e emita uma conclusão positiva sobre o mesmo.

Os dados gerais dos TdR de escopo ampliado são semelhantes em ambos os casos. A principal diferença está na seção sobre o objetivo e o escopo do trabalho de asseguarção.

Na seção sobre objetivo e escopo, deve-se mencionar, por exemplo:

1. *Examinar a estrutura do sistema de controle interno e sua eficácia durante o período compreendido entre (datas);*
2. *O Auditor deve emitir conclusão positiva sobre a pertinência e eficácia do sistema de controle interno, em conformidade com o marco Integrado do “COSO” da Comissão Treadway e a Guia de Controle Interno da INTOSAI;*
3. *Se a estrutura do Sistema de Controle não for confiável, o auditor deverá informá-lo em um relatório justificado, e acordar com o Executor e o Banco a continuidade para executar provas de eficácia e a eventualidade de que não possa expressar asseguarção razoável e deva modificar o enfoque para asseguarção razoável limitada;*
4. *Se o trabalho estiver vinculado a uma obrigação de quem contrata, por exemplo, o Coordenador de um Projeto - responsável por informar o Banco sobre o controle interno - contrata o auditor externo para obter seu insumo independente sobre o controle interno, esse fato deve ser indicado nos TdR, fazendo-se ênfase sobre sua independência da responsabilidade do Coordenador ou MAE por reportar ao Banco;*

5. *Indicar se o relatório será de uso restrito ou sujeito aos destinatários que entendem a matéria examinada, ou se deve apresentar uma explicação detalhada no relatório sobre a referida matéria (Sistema de Controle Interno e explicar a referência utilizada);*
6. *Indicar se há alguma indicação específica de segmentação sobre o tamanho da amostra ou a seleção das unidades de amostragem. Por exemplo, o auditor deve informar em seções separadas: (i) a pertinência e eficácia do controle interno correspondente aos pagamentos efetuados durante o período, com os recursos do projeto; (ii) a pertinência e eficácia do controle interno correspondente ao registro, manutenção e destinação dos bens adquiridos ou construídos com os recursos do projeto; (iii) a pertinência e eficácia do controle interno correspondente à administração dos contratos de consultoria, etc.*
7. *Deve-se indicar a utilização da ISAE 3000 como norma de referência.*

4. TRABALHOS DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS

A. MODELO DE TERMOS DE REFERÊNCIA

**TERMOS DE REFERÊNCIA PARA TRABALHOS DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS
(*AGREED UPON PROCEDURES*) 4000-4699 *INTERNATIONAL STANDARDS ON RELATED SERVICES (ISRS)***

Estes termos de referência são utilizados para contratação de serviços separados para contratos de procedimentos previamente acordados

I. Objetivo de um Trabalho de Procedimentos Previamente Acordados

1. O objetivo do trabalho de procedimentos previamente acordados consiste na aplicação, pelo auditor, de procedimentos de auditoria acordados entre o auditor, a entidade e, eventualmente, terceiros, com a consequente emissão de relatório de constatações factuais.
2. Como o auditor se limita a emitir um relatório com suas constatações factuais decorrentes da aplicação de procedimentos previamente acordados, não é fornecida nenhuma asseguração. Em vez disso, os usuários do relatório avaliam por si próprios os procedimentos e a descrição factual das constatações do auditor, tirando suas próprias conclusões sobre o trabalho relatado pelo auditor.
3. O relatório fica restrito às partes que aceitaram os procedimentos a serem aplicados, uma vez que outros, por desconhecimento dos motivos da aplicação dos procedimentos, poderão interpretar de forma diversa os resultados.

II. Definição dos Termos do Trabalho

O auditor deve certificar-se que os representantes da entidade e, eventualmente, outras partes específicas, que serão destinatárias de cópia do relatório de constatações factuais, têm um entendimento claro dos procedimentos acordados e as condições do trabalho. Os assuntos a serem acordados incluem os seguintes:

1. Natureza do trabalho, incluindo o fato de que os procedimentos aplicados não constituirão uma auditoria ou uma revisão, e que, portanto, não será expresso nenhum tipo de asseguração.
2. Declaração da finalidade do trabalho.
3. Identificação das informações financeiras para as quais serão aplicados os procedimentos previamente acordados.
4. Natureza, época e extensão dos procedimentos específicos a serem aplicados.
5. Antecipação do formato do tipo de relatório de constatações factuais.
6. Limitações à distribuição do relatório de constatações factuais. Quando essas limitações estiverem em conflito com os eventuais requisitos legais, o auditor não deveria aceitar o trabalho.

Em certas circunstâncias, como, por exemplo, quando os procedimentos forem acordados entre a entidade reguladora, representantes setoriais e representantes da classe contábil, o auditor pode estar impossibilitado de discutir os procedimentos com todas as partes que irão receber o relatório. Nesses casos, o auditor pode considerar, por exemplo, a discussão dos procedimentos a serem aplicados com os representantes apropriados das partes envolvidas, revisando correspondência relevante dessas partes ou enviando-lhes minuta de exemplo de relatório que será emitido.

É de interesse de ambos – o cliente e o auditor – que o auditor envie uma carta de contratação documentando os termos-chave da contratação. A carta de contratação confirma a aceitação pelo auditor do trabalho e ajuda a evitar mal-entendidos em relação a questões como os objetivos e o alcance do trabalho, a extensão das responsabilidades do auditor e o formato do relatório a ser emitido.

Os assuntos que serão incluídos na carta de contratação incluem os seguintes:

- a. Uma lista dos procedimentos a serem executados, conforme acordado entre as partes;
- b. Uma declaração de que a distribuição do relatório com as constatações factuais estaria restrita às partes especificadas que concordaram com os procedimentos a serem aplicados.

Adicionalmente, o auditor pode considerar necessário anexar à carta de contratação um exemplo do tipo relatório de constatações factuais que será emitido. Um exemplo de carta de contratação é apresentado a seguir:

Exemplo de uma Carta de Contratação para Trabalho de Procedimentos Previamente Acordados

A carta a seguir é para ser utilizada como uma guia em conjunto com a ISRS e não pretende ser uma carta-padrão. A carta de contratação deve ser adaptada de acordo com os requisitos individuais e às circunstâncias.

Ao Conselho de Administração ou outros representantes apropriados do cliente que está contratando o auditor.

Esta carta destina-se a confirmar nossos entendimentos sobre os termos e objetivos do nosso trabalho, além da natureza e das limitações dos serviços que serão prestados. Nosso trabalho será realizado em conformidade com a Norma Internacional sobre Serviços Relacionados (ou mencionar normas ou práticas nacionais relevantes) aplicáveis a trabalhos de procedimentos previamente acordados, que indicaremos em nosso relatório.

Concordamos em aplicar os seguintes procedimentos e emitir relatório de constatações factuais resultantes do nosso trabalho:

(Descrever a natureza, a época e a extensão dos procedimentos a serem aplicados, incluindo referência específica, se for o caso, para identificar documentos e registros a serem consultadas, as pessoas a serem contatadas e às partes junto às quais serão obtidas confirmações).

Os exemplos de procedimentos previamente acordados são semelhantes àqueles explicados no TdR de escopo ampliado. Adicionalmente, são exemplos:

1. Revisão de aquisições, com foco nos seguintes procedimentos:
 - a) Inclusão no plano de aquisições autorizado pelo BID (verificação de evidências em...)
 - b) Cumprimento de limites para modalidade de concurso (verificação de evidências em...)
 - c) Publicação oportuna de editais (verificação de evidências em...)
 - d) Publicação de resultados (verificação de evidências em...)
 - e) Recebimento de protestos ...etc. (verificação de evidências em...)
2. Revisão de obras entregue por empreiteiros:
 - a) Projetos de engenharia aprovados por autoridades cadastrais ou equivalentes
 - b) Estudos de solos
 - c) Atas de recebimento autorizadas pelo Especialista Setorial, etc.

3. Revisão de pagamentos nas Solicitações de Desembolso:

- a) Registro contábil conforme plano de contas aprovado
- b) Documentos comprobatórios originais, e invalidados após o pagamento
- c) Recebimento pelo beneficiário
- d) Evidência de recebimento do bem ou serviço
- e) Acordo de contrato (quando aplicável), etc.

4. Revisão de pagamento de subsídios (listar procedimentos específicos)

5. Revisão de prestação de ajuda humanitária em espécie (listar procedimentos específicos)

Os procedimentos que iremos aplicar destinam-se apenas para auxiliar V.Sa(s). a _____(declarar propósito). Nosso relatório não deve ser utilizado para qualquer outro fim e destinam-se apenas à informação de V.Sa(s).

Os procedimentos que iremos aplicar não constituem em uma auditoria ou revisão realizada em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria ou as Normas Internacionais de Trabalhos de Revisão (ou mencionar normas ou práticas nacionais) e, conseqüentemente, não expressaremos nenhum tipo de asseguração.

Esperamos receber total cooperação de seu pessoal e que nos sejam disponibilizados quaisquer registros, documentação e outras informações solicitadas em conexão com o nosso trabalho.

Nossos honorários, que serão faturados à medida que nossos trabalhos forem executados, são baseados no tempo gasto pelas pessoas alocadas ao trabalho, mais despesas incorridas. As taxas horárias individuais variam de acordo com o grau de responsabilidade envolvida e a experiência e as habilidades exigidas.

Solicitamos a V.Sa(s). que assine(m) e nos devolva(m) a cópia anexa desta carta, indicando seu “de acordo” com nosso entendimento dos termos de contratação, inclusive os procedimentos específicos que concordamos em aplicar.

XYZ & Co

De acordo, em nome da Empresa ABC

(assinatura)

Nome e cargo

Data

B. RELATÓRIO SOBRE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS

Exemplo de Relatório sobre constatações em conexão com as Solicitações de Desembolso

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS

Ao Banco Interamericano de Desenvolvimento

Aplicamos os procedimentos previamente acordados com V.Sa(s)., os quais enumeramos a seguir, em relação a 4 (quatro) solicitações de desembolso (identificar datas e montantes das 4 solicitações, com as datas de apresentação ao Banco), apresentadas pelo Organismo Executor do Projeto (Identificação do Projeto) e detalhadas no anexo a este relatório. Nosso compromisso foi realizado em conformidade com as Normas Internacionais de Serviços Relacionados a uma auditoria aplicável a procedimentos previamente acordados. Esses procedimentos foram desenvolvidos unicamente para auxiliar V.Sa(s). na avaliação da correção das solicitações de desembolsos e são relacionadas a seguir:

1. Obtivemos e revisamos a conformidade de cada desembolso com os registros do executor em termos de datas, conceitos e montantes.
2. Verificamos para cada pagamento dentro da solicitação, a existência dos documentos idôneos de respaldo previstos nas normas de aquisições e de controle interno (citar mais referências, se caso houver).
3. Nos casos de pagamentos relacionados com parcelas de contratos, verificamos a existência de documentos idôneos, como contratos legalizados, documentos originais e autorizados sobre certificação do progresso, em conformidade com os contratos, regulamentos operativos... (citar mais referências, se caso houver).
4. Verificamos diretamente com os beneficiários dos pagamentos, o recebimento dos mesmos e a certificação em documentos da contabilidade ou da tesouraria do executor...
5. Nos casos de pagamentos por bens adquiridos, que não sejam obras, realizamos a inspeção física dos mesmos, para certificarmos o cumprimento das normas de controle interno e a utilização nas operações do projeto....
6. Acrescentar outros que tenham sido exigidos nas circunstâncias (esse alcance pode variar caso a caso).

A seguir, informamos as constatações relacionadas com os pagamentos e o resultado da aplicação dos procedimentos anteriormente identificados:

1. Em relação ao procedimento 1, constatamos que a totalidade dos pagamentos nas solicitações foram corretamente registrados.

2. Em relação ao procedimento 2, encontramos 10 pagamentos, equivalentes a 5% do total de pagamentos das 4 solicitações, no importe de US\$ XYZ, e a 20% dos valores acumulados das 4 solicitações, nos quais não aparece fatura original. Anexamos uma fotocópia das faturas.
3. Em relação ao procedimento 3, todos os pagamentos relacionados com a execução de contratos cumpriram com o previsto nos mesmos, em tempo, forma e documentação de apoio.
4. Em relação ao procedimento 4, com exceção a 2 pagamentos a consultores por US\$ XYZ, que representam menos de 0,5% do valor das solicitações revisadas, não constam evidência do recebimento dos referidos pagamentos. Na data deste relatório, o Banco (banco comercial) não havia enviado cópia dos cheques pagos para verificação de endosso e depósito na conta dos beneficiários...

Considerando que os procedimentos anteriores não se constituem uma auditoria ou revisão em conformidade com Normas Internacionais de Auditoria ou de trabalhos de revisão, não expressamos asseguração sobre os pagamentos nas solicitações de desembolso ou sobre as solicitações de desembolso consideradas individualmente ou em conjunto, com datas ... (Identificar as solicitações de desembolso).

Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou realizado uma auditoria ou revisão das demonstrações financeiras em conformidade com Normas internacionais de auditoria ou de trabalhos de revisão, outros assuntos poderiam ter vindo a nossa atenção, dos quais teriam sido revelados a V.Sa(s).

Nosso relatório destina-se unicamente ao propósito estabelecido no primeiro parágrafo deste relatório e para a informação de V.Sa(s). e não deve ser utilizado nem distribuído a terceiros. Este relatório refere-se unicamente aos pagamentos incluídos nas solicitações de desembolso examinadas e não se estende a nenhuma demonstração financeira de (nome do executor e do projeto), tomadas em conjunto.

Assinatura

Local e Data

IV. CARTA DE COMPROMISSO COM INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE AUDITORIA

(Esta carta será acompanhada dos TdR correspondentes, aplicáveis segundo os modelos indicados anteriormente).

1. OBJETIVOS

Exceto nos casos em que as Normas locais permitam a uma EFS cobrar por seus serviços profissionais, não se procederá da mesma forma que nos processos de seleção e contratação sob condições de concorrência das FAI ou de Contadores Independentes.

Essas orientações são complementares àquelas relacionadas com a elegibilidade expostas nas *Pautas para Determinar a Elegibilidade de Auditores*. Trata-se de fornecer um exemplo dos conteúdos mínimos que devem ser incluídos em um documento que formalize o compromisso de uma EFS para atender parte ou a totalidade da carteira de empréstimos e outras operações com financiamento do Banco.

O conteúdo destas cartas de compromisso ou acordo entre o Banco e as EFS não constitui formalmente um contrato. Somente, como já foi mencionado, se a EFS estiver habilitada legalmente, poderia firmar contrato com o executor da mesma forma que o fazem as FAI e os Contadores independentes. Deve-se ter em conta que se trata de um instrumento compartilhado e, por conseguinte não se impõe uma forma de redação, mas sim se solicita que seus componentes básicos fiquem documentados.

Por outro lado, a instância de assinatura de acordos com as EFS, somente ocorrerá quando o Banco houver concluído, após uma análise técnica de elegibilidade, que o sistema nacional de controle externo é elegível para atender as auditorias externas dos projetos.

2. COMPONENTES

Além das formalidades usuais nas cartas de compromisso e acordos, devem de indicar:

1. As partes signatárias do acordo;
2. Data do acordo e período(s) que abrange;
3. Objetivo (s) do acordo;
4. Declaração de capacidade institucional;
5. Declaração de compromissos ou acordos;
6. Forma de Resolução ou término antecipado do acordo.

3. EXEMPLO DE CARTA DE COMPROMISSO OU ACORDO

Nome do acordo

ACORDO ENTRE A CGR DE ... E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO PARA AS AUDITORIAS EXTERNAS DOS PROJETOS FINANCIADOS

Período do acordo

Este acordo se aplica às auditorias externas realizadas pela CGR dos projetos financiados pelo Banco pelo período de 5 (cinco) anos, compreendido entre 01.01.20XX e 31.12.20YY.

Objetivos do acordo

- 1. Estabelecer a disponibilidade da CGR para atender às auditorias externas em conformidade com as NIA ou (normas locais de auditoria, se aceitáveis).*
- 2. Definir uma base de entendimento do grau de compromisso que a CGR assume com o Banco e outros interessados na prática de auditorias externas.*
- 3. Definir compromissos do Banco relacionados com o apoio à CGR para seu fortalecimento nas práticas de auditoria relacionadas com as normas exigidas pelo BID.*

Outros objetivos...:

Declaração de compromissos ou acordos pela CGR

- 1. Confirma por este acordo, que cumpre os requisitos do BID sobre auditoria externa, previstos em suas políticas e guias e pautas sobre auditoria, os quais foram detalhadamente formalizados, quanto aos o seu conhecimento, entendimento e cumprimento, na carta (referência à carta na qual enviou os detalhes solicitados equivalentes aos exigidos das FAI).*
- 2. Confirma que dispõe de uma equipe especializada em auditoria de projetos financiados por Organismos multilaterais e Colaboradores em geral, a qual está disponível para atender a uma média anual de XX horas-homem e cumprir as datas de compromisso na entrega dos relatórios exigidos, para os trabalhos que tecnicamente sejam estabelecidos que possa atender com a referida capacidade instalada. Para tanto, a CGR dispõe de um sistema de planejamento de auditorias baseado em análise de riscos, no qual priorizaria as auditorias dos projetos*

financiados pelo BID, que não seriam excluídos de seus planos devido a considerações de materialidade em comparação com o orçamento dos principais executores do gasto público.

- 3. Compromete-se em informar ao Banco, para cada ano do período de 5 (cinco) anos, no mais tardar (data limite), sua capacidade específica para assumir compromissos de uma relação de projetos a serem auditados.*
- 4. Aceita que o Banco, diretamente ou por intermédio de terceiros competentes autorizados pelo Banco, periodicamente realizem controles de qualidade dos trabalhos sob sua responsabilidade em relação aos projetos financiados pelo BID.*
- 5. Compromete-se em enviar seus especialistas em auditorias de projetos financiados por Organismos multilaterais e Colaboradores em geral, aos eventos de capacitação que o BID programe durante o período do acordo, e estabelecerá meios idôneos para verificar que o seu pessoal assimilou, efetivamente, os conhecimentos e as habilidades transmitidas.*
- 6. Compromete-se, a cada ano, em enviar ao BID as avaliações de qualidade dos trabalhos realizados e do desempenho de seus auditores para cada auditoria realizada nos projetos financiados pelo BID... (acrescentar outros nas circunstâncias).*
- 7. Informar oportunamente ao BID e ao Executor, com o qual tem um compromisso de auditoria externa, qualquer situação que o impeça ou limite a realizar o exame de auditoria em conformidade com as datas de cada compromisso.*

Declaração de compromissos ou acordos pelo BID

- 1. Fornecer orientação mediante capacitação, indução e esclarecimentos sobre os requisitos de auditoria externa, durante o processo de auditoria.*
- 2. Fornecer as informações de que trata o compromisso da CGR Nº 3, no mais tardar em (data limite para fornecer a informação da carteira do BID).*
- 3. Realizar periodicamente controle de qualidade dos trabalhos realizados pela CGR nos projetos de seu financiamento e compartilhar os resultados com a CGR para seu aprimoramento contínuo.*

4. *Ainda que as auditorias não tenham sido concluídas, informar ao BID qualquer situação que chame sua atenção, relacionada com o andamento do projeto na oportunidade que obtenha evidência competente e suficiente, de tal forma que se possam adotar ações oportunas para remediar as situações identificadas.*
5. *Informar oportunamente ao BID qualquer situação que o impeça de cumprir estes compromissos durante o período.*

Forma de resolver o acordo

Qualquer das partes poderá dar por terminado o acordo, informando por escrito sua vontade de não prosseguir, com a antecedência mínima de 3 (três) meses do início da(s) auditoria(s) comprometida(s).

(Outros detalhes exigidos pelas partes nas circunstâncias)

Assinaturas

Data

V. REPRESENTAÇÕES ESCRITAS DA ADMINISTRAÇÃO

As representações escritas da administração e, em alguns casos dos responsáveis da governança de uma entidade, são regidas pela NIA 580.

Os objetivos buscados pelo auditor são:

- a. Obter confirmação formal por parte da administração e, quando for apropriado, de outras pessoas vinculadas à governança das entidades, de que cumpriram suas responsabilidades relativas à elaboração das demonstrações financeiras, à eficácia do controle interno, ao cumprimento das cláusulas financeiras do contrato e outros assuntos requeridos pelo auditor;
- b. Respaldar outra evidência relevante de auditoria para as demonstrações financeiras ou parte importante destas; e
- c. Responder apropriadamente às referidas comunicações formais.

Pelo menos 2 (dois) tipos de representação formal ou cartas da administração podem ser utilizados.

1. CARTA DIRIGIDA AO AUDITOR

É o modelo básico tradicional no qual a Administração emite uma carta como a que se apresenta a seguir, confirmando certos fatos considerados relevantes pelo auditor, e que deve ser enviada diretamente pela Administração. Essa carta é dirigida pela MAE ao auditor independente e não à entidade contratante da auditoria, (ver modelo a seguir):

Carta de Representação Ilustrativa

A carta ilustrativa a seguir inclui representações escritas que são exigidas por estas e outras NIAs em vigor, para auditorias de demonstrações financeiras relativas a períodos iniciados em ou após 15 de dezembro de 2009. Nesta ilustração, presume-se que a estrutura de relatório financeiro aplicável seja as Normas Internacionais de Relatório Financeiro; que o requisito da NIA 570¹⁰ para a obter uma representação escrita não é relevante; e que não haja nenhuma exceção para representações escritas solicitadas. Caso contrário, as representações precisariam ser modificadas para refletir as exceções.

(Papel Timbrado da Entidade)

(Data)

Destinatário: (Ao Auditor)

Esta carta de representação é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações financeiras da Empresa ABC, para o ano findo em 31 de dezembro de 20XX¹¹, com o objetivo de expressar uma opinião se as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, (ou dar uma visão *verdadeira e justa*), em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro.

Confirmamos que (*com base em nosso melhor entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente*):

Demonstrações Financeiras

- Cumprimos nossas responsabilidades como definidas nos termos do trabalho de auditoria datado de [incluir data], pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro e, em particular, que as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente (ou dar uma visão verdadeira e justa), em conformidade com as referidas normas.
- Os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis, inclusive àquelas avaliadas pelo valor justo, são razoáveis (NIA 540).
- Os relacionamentos e transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados em conformidade com os requisitos das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (NIA 550).
- Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais as Normas Internacionais de Relatório Financeiro exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados (NIA 560).
- Os efeitos das distorções não corrigidas são irrelevantes, individual e agregadamente, para as demonstrações financeiras como um todo. Uma lista das distorções não corrigidas está anexa a esta carta de representação (NIA 450).

¹⁰ NIA 570, "Continuidade dos Negócios".

¹¹ Quando o relatório do auditor abranger mais de um período, os auditores deverão ajustar a data para que a carta pertença a todos os períodos cobertos pelo relatório do auditor.

- [Quaisquer outros assuntos que o auditor possa considerar apropriados (ver parágrafo A 10 desta NIA).].

Informações Fornecidas

- Nós lhes fornecemos:
 - Acesso a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros e documentação, e outros assuntos;
 - Informações adicionais que V.Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria; e
 - Acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V.Sas. determinaram ser necessário obter evidência de auditoria.
- Todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras.
- Divulgamos a V.Sas. os resultados de nossa avaliação do risco de que as demonstrações financeiras possam ter distorção relevante como resultado de fraude (NIA 240).
- Divulgamos a V.Sas. todas as informações relativas a fraude ou suspeita de fraude de que temos conhecimento e que afetem a entidade e envolvam:
 - Administração;
 - Empregados com funções significativas no controle interno; ou
 - Outros em que a fraude poderia ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras (NIA 240).
- Divulgamos a V.Sas. todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeita de fraude que afetem as demonstrações financeiras da entidade, comunicadas por empregados, antigos empregados, analistas, reguladores ou outros (NIA 240).
- Divulgamos a V.Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade de leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração das demonstrações financeiras (NIA 250).
- Divulgamos a V.Sas. a identidade das partes relacionadas da entidade e todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas das quais temos conhecimento (NIA 550).
- [Quaisquer outras assuntos que o auditor possa considerar necessário (ver parágrafo A11 desta NIA)].

Administração

Administração

2. CARTA DIRIGIDA AO BANCO

A segunda é uma carta assinada pelas MAE dos projetos, que deverá ser enviada junto com as Demonstrações Financeiras ao Banco. Essa carta poderia conter informações sobre confirmações dos seguintes aspectos:

1. Cumprimento das cláusulas do contrato durante o período, por exemplo:

“Confirmamos a V.Sa(s) que durante o período XXX cumprimos as cláusulas do Contrato de Empréstimo (exceto por (relacionar), se a administração considerar que deve informar descumprimentos).

2. Concepção, implementação e eficácia do controle interno, por exemplo:

“Confirmamos a V.Sa(s) que concebemos e implementamos o sistema de controle interno do projeto de acordo com as diretrizes de nossas normas locais, as quais são consistentes com os critérios definidos pelo COSO. Igualmente, confirmamos que o referido sistema de controle foi eficaz para as operações do período”.

3. Cumprimento de ações de mitigação para o período, por exemplo:

“Confirmamos a V.Sa(s) que as ações de mitigação resultantes da aplicação do Guia de gestão de riscos em projetos do Banco foram implementadas segundo os cronogramas e datas de resultado acordados com o BID”.

Carta de Gerência do Projeto Ilustrativa

Data

Destinatário: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Esta carta de gerência é fornecida em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do Programa _____, para o ano findo em 31 de dezembro de 20XX, realizada pela(o) _____ (identificar a firma auditora).

Em cumprimento de nossa responsabilidade pela governança do Programa, e em consonância com as políticas do Banco e as condições estipuladas no Contrato de Empréstimo nº ____/OC-BR, assim como em conformidade com os princípios de transparência, economia e eficiência,

Confirmamos que *(com base em nosso melhor entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informamos apropriadamente):*

- Durante o ano de ____ cumprimos as cláusulas do Contrato de Empréstimo (exceto por (relacionar), se a administração considerar que deve informar descumprimentos).
- Concebemos e implementamos o sistema de controle interno do Programa de acordo com as diretrizes de nossas normas locais, as quais são consistentes com os critérios definidos pelo COSO. Igualmente, confirmamos que o referido sistema de controle foi eficaz para as operações do período.
- As ações de mitigação resultantes da aplicação da Guia de Gestão de Riscos em Projetos (GRP) do Banco foram implementadas segundo os cronogramas e datas de resultado acordados com o BID.
- Os gastos realizados com recursos do Banco foram efetuados conforme os propósitos especificados no Contrato de Empréstimo.

MAE
Assinatura

GUIA PARA A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Valores Expressos em US\$ mil

I. DADOS BÁSICOS

NÚMERO DO EMPRÉSTIMO			
NÚMERO DO PROJETO			
NOME DO PROGRAMA			
EXECUTOR			
NOME DO AUDITOR			
DATA DE		MONTANTE TOTAL DO PROJETO	
DATA DE ELEGIBILIDADE		MONTANTE ATUAL DO FINANCIAMENTO	
DATA ATUAL DO ÚLTIMO DESEMBOLSO		PORCENTAGEM DESEMBOLSADO	

II. CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Deve ser consistente com os Termos de Referência acordados com o Auditor)

NOME DO INFORME	REVISÃO DO ORGANISMO EXECUTOR		REVISÃO DO ESPECIALISTA FINANCEIRO DO BANCO	
	(SIM, NÃO, N/A)	OBSERVAÇÕES	(SIM, NÃO, N/A)	OBSERVAÇÕES
OPINIÃO DO AUDITOR				
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA				
DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS				
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
DECLARAÇÃO DA GERÊNCIA DO PROJETO				
RELATÓRIO SOBRE O CONTROLE INTERNO				
OUTROS (DETALHAR)				

III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS (EFAS)

	REVISÃO DO ORGANISMO EXECUTOR		REVISÃO DO ESPECIALISTA FINANCEIRO DO BANCO	
	RESPOSTA	OBSERVAÇÕES	RESPOSTA	OBSERVAÇÕES
1. Tipo de Opinião dos Auditores (Parecer)				
2. Os EFAS estão completos e de conformidade com o previsto nos Requisitos e Acordos Financeiros acordado com o BID?				
3. As informações - em nível geral - da Demonstração de Investimentos Acumulados são consistentes com as da Demonstração de Fluxos de Caixa?				
4. As Notas Explicativas estão acompanhadas dos EFAS previstos na Guia de Relatórios Financeiros?				
5. Caso seja um projeto com mais de dois anos de execução, as informações divulgadas nos EFAs foram apresentadas em forma comparativa? Houve modificações no Parecer dos Auditores para os dois períodos?				
6. Em havendo modificações nos Pareceres, foi feito o devido seguimento tanto por parte da Entidade como pelos Auditores, na resolução das ressalvas ou outras condições reportadas que afetaram a opinião padrão (limpa), para assegurar-se de que foram resolvidas para o ano atual?				
7. Se as ressalvas ou condições reportadas no(s) exercício(s) anterior(es) que não foram resolvidas, os Auditores reportam tais fatos em seu relatório?				

	REVISÃO DO ORGANISMO EXECUTOR		REVISÃO DO ESPECIALISTA FINANCEIRO DO BANCO	
	RESPOSTA	OBSERVAÇÕES	RESPOSTA	OBSERVAÇÕES
8. Em havendo sido detectadas inconsistências nos EFAs, os auditores reportaram tais deficiências no Parecer ou no Relatório sobre o Controle Interno?				
9. No relatório sobre o Controle Interno, as constatações dos auditores - objeto de recomendações - foram previamente discutidas com o Órgão Executor? Acompanham a essas constatações os comentários e/ou pontos de vista do Órgão Executor?				
10. O relatório inclui um Plano de Ação para ajustes das recomendações formuladas pelos auditores?				
11. De conformidade com as respostas anteriores e outros aspectos não contemplados nelas, os relatórios recebidos refletem o previsto no escopo dos TdR? (por exemplo: Prazos, visitas de auditoria, esclarecimentos das discrepâncias, etc.)				

IV. RESULTADOS DA REVISÃO DO ORGANISMO EXECUTOR

NOME DO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO	
DATA DA REVISÃO	
CONCLUSÃO	

V. RESULTADOS DA REVISÃO DO ESPECIALISTA FINANCEIRO DO BANCO

	RESPOSTA	OBSERVAÇÕES
1. Com base nos resultados da revisão dos EFAs, foram detectados assuntos que poderiam afetar a execução e o atingimento dos objetivos do projeto?		
2. Tais assuntos merecem modificar o plano de supervisão e os níveis de risco previamente estabelecidos para este projeto?		
3. Foi elaborada uma carta ao executor, com cópia ao especialista setorial, informando-lhe os resultados da revisão?		
4. Em caso que se tenha sido detectado, a carta inclui:		
a. Uma descrição das constatações encontradas e os riscos relacionados?		
b. a correspondente solicitação de um plano de atenuação (mitigação) (incluindo datas de implementação, responsáveis e orçamento, se for o caso)?		

NOME DO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO (CONSULTOR OU FMS)	
DATA DA REVISÃO	
CONCLUSÃO	